



Diálogos

ISSN 2177-2940



A mobilização dos intelectuais paranaenses no campo do poder em torno dos processos de criação, restauração e federalização da Universidade do Paraná (1912-1971).

 <https://doi.org/10.4025/dialogos.v25i1.47350>

Eliezer Felix Souza

 <http://orcid.org/0000-0002-7354-387X>

Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil. E-mail: eliezer.felix@hotmail.com

Névio de Campos

 <http://orcid.org/0000-0003-1850-316X>

Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil. E-mail: ndoutorado@yahoo.com.br

The mobilization of intellectuals from Paraná in the field of power regarding processes of creation, restoration and federalization of the University of Paraná (1912-1971).

Abstract: The University of Paraná was created in 1912 by a group of intellectuals who originated in the political field. Despite its initial success, this first university was soon dismantled with the Colleges returning to their original condition. Due to the changes in the original project, the intellectuals gathered to seek political support to discuss the higher education strengthening in the State. Thus, the main objective of this text is to analyze the action of distinct personalities that worked for the consolidation of the University of Paraná, based on information extracted from newspapers, minutes and yearbooks along with Bourdieu's concepts, mainly the field of power notion and prosopography.

Key words: History of Education; Higher Education; Intellectuals. Power Field.

La movilización de los intelectuales paranaenses en el campo del poder em torno a los procesos de creación, restauración y federalización de la Universidad do Paraná (1912-1971).

Resumen: La Universidad do Paraná fue creada en 1912 por un grupo de intelectuales que salieron del campo político. A pesar del éxito inicial, esa primera universidad se deshizo rápidamente, retornando a la condición de Facultades. A partir de la descaracterización del proyecto original, los intelectuales se movilizaron en busca del apoyo de políticos para debatir el fortalecimiento de la enseñanza superior en el Estado. El objetivo principal de este texto es analizar la actuación de distintas figuras que protagonizaron la consolidación de la Universidad do Paraná, apoyándose en informaciones oriundas de periódicos, actas y anuarios y en los conceptos de Bourdieu, sobre todo en la noción de campo del poder y en la prosopografía.

Palabras clave: Historia de la educación; Enseñanza Superior; Intelectuales; Campo del poder.

A mobilização dos intelectuais paranaenses no campo do poder em torno dos processos de criação, restauração e federalização da Universidade do Paraná (1912-1971).

Resumo: A criação da Universidade do Paraná se deu, em 1912, por um grupo de intelectuais que saiu do campo político. Apesar do sucesso inicial, essa primeira universidade logo se desfez, retornando à condição de Faculdades. A partir da descaracterização do projeto original, os intelectuais se mobilizaram em busca do apoio de políticos para debater o fortalecimento do ensino superior no Estado. Assim, o objetivo principal deste texto é analisar a atuação de figuras distintas que atuaram na consolidação da Universidade do Paraná, apoiando-se em informações oriundas de jornais, atas e anuários e nos conceitos de Bourdieu, sobretudo, a noção de campo do poder e prosopografia.

Palavras-chave: História da educação; Ensino Superior; Intelectuais; Campo do poder.

Recebido em: 04/04/2019

Aprovado em: 11/01/2020

Introdução

A primeira ideia de criação da Universidade no Paraná vem do ano de 1892, quando o historiador paranaense José Francisco da Rocha Pombo conseguiu autorização para estabelecer uma universidade, em Curitiba. Não obstante, mesmo depois da realização de ato simbólico (lançamento da pedra fundamental), o empreendimento não seguiu adiante. Somente no ano de 1912, a ideia ganhou força com a ação de dois grupos: um integrado por Victor Ferreira do Amaral, Fernando Moreira, Pamphilo de Assunção, entre outros; outro, liderado por Nilo Cairo. Favorecido pela lei Rivadavia Correia, de 1911, que autorizava a implantação de ensino superior em nível nacional, esses grupos se aliaram e contaram com o apoio de políticos, a exemplo de Carlos Cavalcante de Albuquerque, Governador do Paraná. Dessa união conseguiram, em 19 de dezembro de 1912, a fundação e instalação da Universidade do Paraná. Desses signatários, Victor Ferreira do Amaral ocupou o cargo de primeiro reitor da Instituição.

Essa conquista inicial não garantiu a consolidação da primeira universidade paranaense. Em complementação a Lei Rivadavia Correia, o decreto Maximiliano, de 1915, exigia condições inexistentes no Brasil e no Paraná. Em consequência das normatizações impostas pela nova lei, a Universidade recém-criada foi desmembrada em três Faculdades ou escolas isoladas: Medicina, Direito e Engenharia. Mesmo com a desintegração, as Faculdades permaneceram unidas na luta pela equiparação ou reconhecimento Federal. A primeira a conseguir essa conquista foi a Faculdade de Direito, em julho de 1920, sendo seguida pela de Engenharia, em 06 de agosto do mesmo ano e, por último, a Faculdade de Medicina, em 10 de fevereiro de 1922. O reconhecimento federal das Faculdades, por si só, já representava uma alegria imensa aos intelectuais envolvidos com o projeto. Entretanto, os idealizadores da implantação do ensino superior no Estado mantiveram viva a ideia de uma Universidade, como aquela que resultou do projeto inicial. Em busca desse objetivo empenharam-se Victor Ferreira do Amaral e João Ribeiro de Macedo Filho que debatiam em seus relatórios e congressos educacionais a necessidade da restauração. Da luta contínua desses intelectuais, somada a conjuntura política paranaense, onde vários professores da Universidade ocupavam cargos políticos (Clotário Portugal e Brasil Pinheiro Machado – Interventor - Algacir Munhoz Mader – Prefeito de Curitiba - e Flávio Suplicy de Lacerda – Secretário de Estado), entre outros - a Universidade foi restaurada no ano de 1946, e federalizada em 1950.

Neste texto, nos preocupamos em entender as configurações políticas que levaram às transformações no campo acadêmico, tentando reconstituir alguns aspectos das trajetórias individuais que se articularam em torno do projeto de implantação e consolidação da Universidade, utilizando como fontes jornais, atas, anuários da Universidade, bem como vários estudos sobre o

ensino superior no Estado. Nossa análise se fundamenta na perspectiva da História Intelectual que reflete o debate em torno da ação dos intelectuais em projetos formativos e os fatores históricos e sociais que diferentes épocas fornecem como modelos distintos de representação. Na avaliação de Helenice Rodrigues da Silva,

[...] a história intelectual parece visar, essencialmente, a dois eixos de análise: por um lado, o funcionamento de uma sociedade intelectual (o conceito de “campo” de Bourdieu, ou seja, suas práticas, suas estratégias, seus *habitus*; por outro lado as características de um momento histórico e conjuntural [...] que impõe visões de mundo, esquemas de percepção e apreciação, enfim, modalidades específicas de pensar e de agir por parte dos intelectuais. (SILVA, 2002, p. 12, grifos da autora).

Partindo desse entendimento, Rodrigues da Silva conclui que “[...] a história intelectual oscila, por um lado, entre uma sociologia, uma história e até mesmo uma biografia dos intelectuais, e por outro, entre uma análise das obras e das ideias, como por exemplo, uma possível versão da história da filosofia.” (SILVA, 2003, p. 15). Nesse sentido, o modelo dominante de estudo dos intelectuais continua sendo Pierre Bourdieu, sobretudo a noção de trajetória que tem como finalidade explorar a noção de campo, visando estudar os conflitos e as competições mobilizados por um capital de ordem simbólica, cujas representações podem ser observadas por diferentes enfoques, como o contexto de produção de ideias e a relação de forças dos intelectuais em determinado campo.

Do debate estabelecido pela História Intelectual, dialogamos com Pierre Bourdieu, particularmente com o conceito de campo/campo do poder. Segundo esse autor, um campo se estrutura numa relação de força entre agentes e instituições. Nessa relação predominam estratégias ou lutas simbólicas que no entendimento dele (BOURDIEU, 2003, p. 119-126) funcionam como um campo magnético capaz de impor aos objetos e aos agentes que nele penetram uma gravidade específica, funcionando como campos de força. É nessa relação de forças que se configura o que pode ser definido como campo do poder, onde para ocupar posições os agentes com capital econômico ou cultural suficiente, no seio de seus respectivos campos, se enfrentam em estratégias destinadas a conservar ou a transformar essa relação de força.

O campo do poder pode ser observado de forma empírica na obra *Homo Academicus* (2011), onde Bourdieu operacionaliza um itinerário para pesquisar o campo universitário ou, como definido por ele, “para realizar essa espécie de prosopografia.” Nossa iniciativa analítica vai nessa direção e a partir do conceito de prosopografia vamos tentar uma descrição biográfica, visando traçar de forma resumida um perfil da dinâmica social, cultural, ideológica ou política dos intelectuais ou agentes

sociais que estiveram envolvidos com a construção do campo acadêmico. Desse modo, o principal exercício e desafio deste texto é fazer com que a análise das trajetórias envolvidas com o processo de constituição do ensino superior do Estado do Paraná forneça subsídios para entender as várias ações que se desenvolveram no campo político e que resultaram em transformações no campo acadêmico.

A constituição do campo acadêmico na Universidade do Paraná: processos de fundação e restauração

A primeira ideia de universidade que se conhece no Paraná é atribuída ao historiador José Francisco da Rocha Pombo. Dirceu Lacerda, em texto publicado no jornal *O Dia*, destaca essa *Ideia de Universidade de Rocha Pombo*. (O DIA, 17 mar. 1946). Conforme Lacerda “[...] Curitiba era, em 1892, uma vila disfarçada em cidade [...] foi naquela época de Revolução entre pica-paus e maragatos, que José Francisco da Rocha Pombo, pensou fundar uma Universidade, na Capital do Paraná”. Prossseguiu relatando que, naquele momento, Pombo “[...] conseguiu um terreno na Praça Ouvidor Pardinho e lançou a pedra fundamental.” (Idem). Apesar da empolgação, o autor explica que “[...] a ideia de Rocha Pombo adormeceu na pedra fundamental [...].” (Idem). Mesmo assim, alguns anos depois essa ideia ganhou força. Essa afirmativa pode ser observada no relato que Dirceu Lacerda traz:

Estamos em 1912. Curitiba tem uma Catedral, cafés pela rua XV e algumas linhas de bondes. A fundação da Universidade volta à cena. Victor do Amaral, em alta combinação com Flávio Luz e Daltro Filho, cuidava do projeto da escola, quando o Dr. Reinaldo Machado, consultado, ponderou que a escola não podia funcionar sem um curso de obstetrícia. [...]. No gabinete do Diretor Miranda Rosa, Victor do Amaral e vários amigos discutem o futuro da Universidade. Tudo de acordo, Victor do Amaral vai ao Rio. [...] Victor do Amaral volta do Rio e fica silencioso. É que um dos seus colaboradores, muito atarefado, não cuidara de elaborar o projeto de Universidade. Nesta altura dos acontecimentos aparece Nilo Cairo com outra Universidade em folha e pronta para funcionar. [...]. Na noite histórica de 19 de dezembro de 1912, no Congresso Legislativo, em sessão solene, presidida pelo Dr. Carlos Cavalcante, presidente do Estado, era instalada a Universidade do Paraná. [...]. (O DIA, 17 mar. 1946).

Pela passagem observa-se que Victor Ferreira do Amaral atuava como coordenador do projeto de implantação da universidade. Segundo Campos (2012, p. 143), Ferreira do Amaral “[...] tinha origem familiar de fazendeiros e produtores de erva-mate do Paraná”. (Idem). Portanto, fazia parte da oligarquia agrária paranaense, herdeiro de uma “condição abastada” que “[...] acumulou forte capital político, já que esse grupo [oligarquia] tinha forte presença política na Província do

Paraná". (Idem). Em 1878, ingressou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, onde se tornou médico em 1884. Já, em 1890, conforme Campos, “[...] assumiu a Intendência de Curitiba, cargo equivalente a prefeito municipal, nomeado pelo Presidente do Estado do Paraná”. (*Ibid*, p. 144). Além disso, na avaliação de Campos, “[...] em 1892, foi eleito Deputado Estadual. Entre 1893 e 1894, exerceu a função de Superintendente do Ensino Público do Paraná. Entre 1900-1904, foi Vice-Presidente do Estado e Diretor Geral de Instrução Pública”. (Idem). No entendimento de Campos, “[...] a forte vinculação de Victor do Amaral com a classe política do Paraná conduziu-o a diferentes funções das esferas públicas”. (*Ibid*, p. 148). Logo, percebe-se dessa análise de Campos que o primeiro projeto de Universidade do Paraná vem da atuação de um médico que exercia uma função de protagonismo no campo político paranaense.

Apesar do empenho dos intelectuais envolvidos, esse projeto original durou pouco. Se a primeira universidade paranaense foi orientada pela Reforma Rivadavia Corrêa, de 1911, que instituiu no país as bases para criação de Universidades, uma lei complementar viria desmontar esse sonho. Segundo Cartaxo (1947, p. 23), uma nova lei, conhecida como Lei Maximiliano de 1915, estabeleceu dois condicionantes principais: a exigência de 100 mil habitantes para a implantação de uma Universidade e a existência de uma Universidade Modelo para equiparação. A inexistência dessas duas exigências teve como consequência o desmembramento da primeira Universidade paranaense que foi dividida nas faculdades de Medicina, Engenharia e Direito.

Mesmo diante da divisão, Cartaxo avalia que o ideal de ver a Universidade restaurada nunca foi abandonado pelos intelectuais que empreenderam o projeto. Segundo ele, das lutas contínuas ficou demarcado o ano de 1922, quando

[...] Macedo Filho, que se havia se revelado o mais apaixonado espírito universitário dentre os ilustres professores das várias Congregações, redigiu substancioso memorial, que serviu de apoio à apresentação de um projeto visando à reunião das Faculdades em Universidade. (CARTAXO, 1947, p. 23).

Nesse relatório, Macedo Filho contou com o apoio político de Afonso Camargo, deputado federal, que, apesar de tudo, não seguiu adiante. A batalha, iniciada em 1922, por João Ribeiro de Macedo Filho e continuada por ele e outros professores em vários momentos, ganhou força na década de 1940, quando “[...] o Ministro da Educação, Ernesto de Souza Campos, instalou no país, o ciclo das Universidades [e que] despertaram de pronto a apreensão dos que anelavam pela restauração da Universidade do Paraná”. (Idem) A partir dessa mobilização, após uma longa luta pelo retorno à condição de Universidade, a Universidade do Paraná conseguiu reunificar as Faculdades “isoladas” no ano de 1946. A ata de 1 de abril desse ano relatou esse momento

histórico:

Reunidos no edifício da Universidade do Paraná os diretores das Escolas Superiores e os delegados das respectivas Congregações, que são, pela Faculdade de Medicina do Paraná, professores Victor Ferreira do Amaral e Silva e Francisco de Paula Soares Neto, pela Faculdade de Direito do Paraná, professores João Ribeiro de Macedo Filho e Clotário de Macedo Portugal, pela Faculdade de Engenharia, professores Durval de Araújo Ribeiro e Arnaldo Izidoro Beckert e pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná, professores Manoel de Lacerda Pinto e José Loureiro de Assunção Fernandes resolveram e decidiram em primeiro lugar, conferir os ditos poderes, fazendo transcrever as atas das Congregações que os habilitam a deliberar pela restauração. (ATA do Conselho, 01 abr. 1946).

Nessa passagem que relata a restauração aparece uma nova Faculdade, além da composição original. Trata-se da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, fundada em 1938. Os documentos da Universidade relatam as principais personalidades que tomaram posição em relação à causa da restauração. Na Faculdade de Medicina a referida sessão foi conduzida pelo Diretor Victor do Amaral, que em um primeiro momento destacou os nomes da composição da comissão de discussão sobre a Universidade: “Victor do Amaral, Joaquim de Matos Barreto, Alfredo de Assis Gonçalves, Francisco de Paula Soares Neto e Mário Braga de Abreu, encarregado de estudar o projeto dos Estatutos da Universidade do Paraná”. (ATA do Conselho, 30 mar. 1946). O mesmo documento relata que a Congregação se manifestou unanimemente a favor dessa restauração e indicou o nome de Francisco de Paula Soares Neto para representante do Conselho Universitário, juntamente com Victor do Amaral.

Na Faculdade de Direito, a sessão da Congregação (Idem) foi presidida pelo diretor João Ribeiro de Macedo Filho. Este, após relembrar que a Congregação já havia constituído uma comissão composta pelos professores João Ribeiro de Macedo, Ernani Guarita Cartaxo e José Maria Pinheiro Lima, anunciou que os professores deveriam indicar um nome, para com ele (Diretor), representarem o Conselho Universitário. O nome escolhido foi de Clotário de Macedo Portugal.

A reunião da Faculdade (Idem) de Engenharia foi presidida por Durval de Araújo Ribeiro. Entre os professores presentes, constavam Flávio Suplicy de Lacerda, Plínio Alves Monteiro Tourinho, Ildefonso Clemente Puppi (secretário). Conforme consta, foi eleito para representar a Faculdade juntamente com Durval Araújo, Arnaldo Izidoro Beckert. A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (Idem) indicou Loureiro Fernandes para representante da Faculdade, juntamente com o Diretor Manoel de Lacerda Pinto.

Depois de lida as atas das reuniões das Congregações das respectivas Faculdades, “[...] resolveram e decidiram fazer pública a vontade, de cada um daqueles corpos congregados, e de

todos reunidos, de restaurarem a Universidade do Paraná”¹. Diante do consenso em torno da restauração, o “[...] Ministro Ernesto de Souza Campos [foi convidado a] presidir a sessão inaugural do Conselho Universitário” (ATA do Conselho, 30 mar. 1946), o qual propôs para deliberação a eleição “por escrutínio secreto e voto uninominal” (Idem) a escolha dos nomes para reitor e vice-reitor. Na apuração do resultado, constatou-se a vitória de Victor do Amaral e João Ribeiro de Macedo Filho, respectivamente. Consumado o resultado, o Ministro da Educação

congratulou-se com o Conselho Universitário pela realização dessa seção inaugural e disse que, nos termos da convocação, passaria a dar posse aos recém-eleitos perante a grande Assembleia Universitária, assim a primeira a efetuar-se, consagrando a criação da Universidade do Paraná, que tinha o prazer de declarar instalada. (ATA do Conselho, 30 mar. 1946).

Em relação à investidura ao cargo de reitor observa-se no artigo 39 que “[...] em homenagem aos relevantes serviços prestados pelo atual reitor, a ele não se aplicará a restrição do artigo 11º, ou seja, que não há necessidade de eleição”. (Ibid, p. 13). Com isso entende-se que a chegada de Victor do Amaral se deu por uma eleição simbólica o que indica a ideia de continuidade da Universidade de 1912. Devido a esses aspectos Victor Amaral foi “aclamado” reitor da Universidade do Paraná. Em seu discurso de posse, ele assim se manifestou: “[...] agradeço a minha eleição para reitor da Universidade restaurada, apesar de minha declaração prévia de não ser candidato.” (SILVA, 1946, p. 35). Entretanto, em uma semântica de continuidade, ele reconheceu: “[...] como fui o único reitor da primitiva Universidade, reassumo hoje essa nobre investidura, não obstante a senectude que graças a Divina Providência, vai me permitindo viver tantas etapas na vida”. (idem). Na sequência de sua fala, Victor do Amaral historiou os antecedentes da fundação da Universidade, afirmando que “[...] as três Faculdades prosseguiram com maior eficiência em suas elevadas funções, aguardando sempre a oportunidade de se reconstituírem na primitiva Universidade”. (Ibid, p. 36). Por fim, agradeceu aos representantes políticos Erasto Gaertner, Aramis Athayde e Bento Munhoz da Rocha Neto (deputados), Algacyr Munhoz Maeder (prefeito) e Brasil Pinheiro Machado (Interventor). (Idem).

No discurso de Francisco de Paula Soares Neto, fica bem clara a intenção de homenagear “[...] não só os grandes fundadores dessa casa, especialmente a Victor do Amaral, o nosso Magnífico reitor, mas também aqueles que pelo inestimável auxílio com que agora contribuíram, foram elementos decisivos [...] para a reinstalação universitária”. (SOARES NETO, 1946, p. 37).

¹ Faculdade de Direito, fundada em 19 de dezembro de 1912; Faculdade de Engenharia, fundada em 19 de dezembro de 1912; Faculdade de Medicina e escolas anexas de Farmácia e Odontologia, fundadas em 19 de dezembro de 1912; Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, fundada em 16 de fevereiro de 1938. (ANUÁRIO da Universidade, 1947, p. 7).

Ele destacou o papel dos professores políticos (relacionados acima), particularmente a atuação de João Ribeiro de Macedo, que no seu entendimento, homem de “[...] ação tenaz, permanente, entusiasta e eficiente, há quase trinta anos, dele faz com justiça, ao lado de Victor do Amaral, um dos maiores pioneiros do ensino universitário em nosso Estado”. (Idem). No entendimento de Paula Soares Neto, “[...] a Universidade não é para nós, é para os nossos alunos. Ela se destina principalmente, a bem situar a posição moral do Paraná, na comunhão brasileira”. (Ibid, p. 38).

Da relação dos nomes que aparecem como representantes do primeiro Conselho Universitário após a universidade restaurada, além de Victor do Amaral constam os de Francisco de Paula Soares Neto pela Faculdade de Medicina; João Ribeiro de Macedo Filho e Clotário de Macedo Portugal pela Faculdade de Direito; Durval de Araújo Ribeiro e Arnaldo Izidoro Beckert pela Faculdade de Engenharia; por fim, Manoel de Lacerda Pinto e José Loureiro de Assunção Fernandes pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. A esses nomes indicados pelo Conselho foram acrescentados representantes de comissões: Plínio Alves Monteiro Tourinho, Alfredo de Assis Gonçalves, Orlando de Oliveira Melo, Brasil Pinheiro Machado e Osvaldo Becht.

Segundo Gastão de Abreu Pires, a reconstituição da universidade foi resultado da “[...] conjugação de todas as forças obreiras de nossa intelectualidade em um ideal comum [...]”. (PIRES, 1947, p. 70). Dessa conjunção de forças ele destacou os nomes de Brasil Pinheiro Machado e João Ribeiro de Macedo “[...] que já na elaboração dos Estatutos tiveram atuação preponderante”. (Idem). Para Pires, “[...] o Dr. Macedo Filho, ex. Secretário da Fazenda, conhecedor, portanto, dos recursos financeiros do Estado, no momento, foi de grande valia neste particular, fazendo ver ao Dr. Brasil uma possível fonte de uma compensadora subvenção”. (Idem). Gastão Pires enfatizou a importância da atuação política:

Os deputados federais Drs. Erasto Gaertner, Bento Munhoz da Rocha Neto e Aramis Athayde, tinham conseguido uma visita ao Paraná, do professor Ernesto Souza Campos. [...] Imediatamente após a nova, os Drs. Macedo Filho e Ernani Guarita Cartaxo, procuram o Dr. Brasil, para que marcassem ele sob sua presidência uma reunião das comissões das Faculdades de Medicina, Engenharia, Direito e Filosofia, Ciências e Letras. Nesta reunião, o Dr. Brasil anunciou o propósito em contribuir com 5 milhões de cruzeiros para o fundo Universitário e com três milhões como subvenção anual. (PIRES, p. 71-73).

Victor Ferreira do Amaral foi o primeiro reitor da Universidade restaurada em um sentido simbólico de continuação a 1912. No relatório de sua gestão ele agradeceu “[...] o apoio moral, que de todos os setores a Universidade vem merecendo”. (SILVA, 1947, p. 6). Dada a restauração, o trabalho de Victor do Amaral residiu, principalmente, na organização dos órgãos da Universidade, preocupando-se com a criação do Departamento Cultural e Institutos Universitários. No que se

refere às homenagens pós-restauração, a ata do Conselho Universitário de 28 de agosto de 1946 declarou voto de louvor ao Interventor Brasil Pinheiro Machado. Conforme destacou Plínio Tourinho,

A participação resoluta e preciosa do professor doutor Brasil Pinheiro Machado, que tenho a satisfação de vê-lo presente, entre os membros do conselho, nos trabalhos preparatórios da restauração da Universidade, quando e como Interventor Federal nesse Estado, que garantiu a essa Instituição os auxílios materiais e assistência moral do Governo do Paraná, indispensáveis a restauração e a subsistência; os auxílios rapidamente se concretizaram com a lavratura da ata dos dois decretos, o que concede o auxílio de C\$ 5.000.000,00 para a constituição do fundo universitário, e o que concede à Universidade a subvenção anual de C\$ 3.000.000,00; assistência moral se fez sentir sempre incondicional, resoluta e sincera, representa, assim, a personalidade do Dr. Brasil Pinheiro Machado o bem feito para a excelência da nossa Universidade; não deparássemos o Dr. Brasil, nas elevadas funções de mentor supremo dos destinos do Estado do Paraná, a restauração da Universidade estaria ainda por se realizar. (ATA do Conselho, 28 ago. 1946).

Diante do exposto, propôs ao Conselho que fosse conferida a Brasil Pinheiro o título de “Benemérito da Universidade”. Na continuidade comentou-se que a proposta de Tourinho foi recebida pelo Conselho com simpatia e foi aprovada por unanimidade. Brasil Pinheiro agradeceu à aprovação e às palavras elogiosas, afirmando de “[...] sincera modéstia desmerecer os próprios méritos potentes e insofismáveis”. (Idem).

Se a fundação da universidade foi caracterizada pela ação de intelectuais que saíram do campo político, observamos no processo de restauração uma inversão significativa, a exemplo do que foi constatado por Vieira e Campos em trabalho de 2012. O Interventor Federal Brasil Pinheiro Machado era professor da Universidade e a exemplo dele muitos professores ocupavam cargos políticos no Estado. Segundo Baranow & Siqueira, “[...] desde 1930 os representantes paranaenses que representavam a causa universitária haviam perdido forças” (BARANOW & SIQUEIRA, 2007, p. 79), uma vez que o Interventor Manoel Ribas, atrelado ao governo central de Getúlio Vargas, deixou de dar apoio à campanha. A Universidade, que contou com o apoio dos políticos paranaenses na sua fundação e equiparação, sentiu um grupo de políticos despreocupados a partir de 1930. Essa despreocupação ocorria dentro das próprias Faculdades. Os autores citam, como exemplo, o ano de 1938 onde “[...] João Ribeiro de Macedo Filho foi voto vencido na Congregação da Faculdade de Direito, quando defendia a reunificação”. (Ibid, p. 80).

Esse ofuscamento da relação entre campo acadêmico e político a partir de 1932 pode ser compreendido pela análise de Ricardo Costa Oliveira. Segundo esse autor, o Estado do Paraná enfrentou na década de 1930 os efeitos da revolução de 1930. Conforme Oliveira (2004, p. 47), essa revolução “[...] começou com uma articulação político-militar feita pelo Major Plínio Alves

Monteiro Tourinho". (idem) Engenheiro, professor da Universidade do Paraná, Tourinho era descendente da família Alves, tradicional do Estado. O movimento liderado por Tourinho foi vitorioso, uma vez que, articulado desde julho de 1929, contou com o apoio dos Estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba. Segundo Oliveira, com a vitória, Curitiba viveu uma festa cívica. Para ele, “[...] velhos políticos dissidentes do Partido Republicano paranaense, então apoiadores da aliança liberal, como o Coronel Joaquim Pereira de Macedo e o Coronel Ottoni Maciel” (Ibid, p. 48) promoveram grande agitação e prepararam a formação de batalhões revolucionários. No fim da revolução, Plínio Tourinho nomeou Mario Tourinho, seu irmão, para assumir a interventoria do Estado. Entre as novas autoridades nomeadas pela Revolução de 1930, Oliveira destaca a nomeação de João Ribeiro de Macedo Filho para Secretário Geral. Por isso, no entendimento de Oliveira, foi uma revolução oligárquica com o “comprometimento com as frações dominantes”. (Ibid, p. 49). Mario Tourinho ficou pouco tempo no governo, pois enfrentou oposição de setores paranaenses e militares. Foi substituído por João David Pernetta, um tradicional político da República Velha. Pernetta ficou por pouco tempo, uma vez que Getúlio Vargas indicou para interventor Manoel Ribas, em 30 de janeiro de 1932. Tendo um papel fundamental na Revolução de 1930 e estando entre os fundadores da Universidade de 1912, certamente esse afastamento de Tourinho do governo Vargas e o novo grupo político paranaense liderado por Manoel Ribas explicam o desinteresse por questões de ensino superior, ao longo da década de 1930. Esse aspecto só foi superado pela nova geração de acadêmicos que passaram a ocupar cargos políticos no Estado do Paraná.

Segundo Ruy Wachowicz, “[...] com a queda do regime do Estado novo, modificaram-se substancialmente as relações entre o Paraná e o Governo Federal”. (WACHOWICZ, 1985, p. 102). Ainda, conforme esse historiador, “[...] as escolas superiores haviam crescido e formado novas gerações”. (Idem). Dessa nova geração, “[...] o desembargador Clotálio Portugal [e seu sucessor] Brasil Pinheiro Machado foram recrutados para Interventor” (idem) entre 1945 e 1946. Os acadêmicos “[...] Erasto Gaertner, Aramis Athayde e Bento Munhoz da Rocha Neto saíram dos quadros da Faculdade” (idem) e foram decisivos no processo de restauração.

Terminada a reitoria de Victor Ferreira do Amaral, foi eleito para reitor João Ribeiro de Macedo Filho (ATA do Conselho, 25 jun. 1948) e para vice-reitor foi escolhido Plínio Tourinho, agora Diretor da Faculdade de Engenharia. Não obstante, Plínio Tourinho por motivação de foro pessoal, declinou da indicação. Em consequência da desistência dele foi procedida nova eleição, na qual foi eleito Flávio Suplicy de Lacerda. Plínio Tourinho era representante da Faculdade de Engenharia e atendia aos critérios estabelecidos ao cargo de reitor e vice. O fator surpreendente foi a indicação de Flávio Suplicy que naquele momento não fazia parte do Conselho Universitário.

Além de Plínio Tourinho, outro representante daquela Faculdade no Conselho era Arnaldo Isidoro Beckert. Dadas essas considerações, a hipótese que levantamos é que Tourinho transferiu de algum modo seus votos a Flávio Suplicy. Diante do resultado, João Ribeiro de Macedo Filho pediu a palavra para agradecer sua eleição. Manifestou-se, a seguir, o Conselheiro Homero de Melo Braga, enfatizando os relevantes serviços que Victor Ferreira do Amaral havia prestando, desde a fundação da Universidade. Segundo Braga, “[...] a personalidade do professor Victor Ferreira é e deve ser objeto de gratidão, do respeito e do coração da nossa Universidade”. (Idem). Além dessas palavras propôs que fosse conferido a Victor do Amaral título honorífico especial. Essa proposta foi aprovada por unanimidade, sendo feita a Victor do Amaral “[...] a concessão do título de ‘Grande benemérito da Universidade do Paraná’ e resolvendo-se ainda que esse título seja exclusiva e unanimemente conferido ao referido professor”. (Idem).

Na condição de vice-reitor, Flávio Suplicy passou a integrar o Conselho Universitário. Junto como João Ribeiro de Macedo eles assumiram a reitoria em 06 de julho de 1948. (ANUARIO da Universidade, 1948, p. 7). Em seu discurso de posse, João Ribeiro declarou-se “[...] emocionado ante a grandeza do espetáculo que representa esta solenidade”. (Ibid, p. 15). Ao mesmo tempo, demonstrou-se “acanhado e receoso, sentindo o peso da imensa responsabilidade que tomo sobre os ombros e o temor de não poder dar correspondência perfeita à confiança do Egrégio Conselho Universitário”. (Idem). Além de demonstrar preocupação com a responsabilidade assumida asseverou que “[...] assumo este alto posto, transbordante de contentamento” (Idem) confessando que “tenho nesse momento, realizado a maior aspiração de minha vida. Nunca o manifestei. Jamais o solicitei. Mas o amor que dedico a nossa Universidade, tornou esta como uma parte integrante de meu ser”. (Idem). Conforme João Ribeiro de Macedo:

Almejava, assim dirigi-la, um dia e dar-lhe o que em mim estivesse, para elevá-la mais e mais no conceito público e fazê-la grande entre as maiores Universidades brasileiras. E é com essa intenção, que recebo desse glorioso varão, cuja vida é um símbolo de dedicação e de grandeza de alma pela nossa Instituição, o cargo que ele tanto dignificou, desde os albores da existência da Universidade, em 1912, em que foi elemento decisivo para a vitória alcançada, até agora, em que a restauração dessa mesma Universidade, sua filha dileta, ainda o encontrou, na sua risonha velhice, capaz de retomar-lhe a direção, o que fez por dois anos, que hoje findam, emprestando-lhe o seu prestígio, a sua experiência, o seu devotamento, a ponto de poder reorganizá-la com vigor e galhardia. (ANUARIO da Universidade, 1948, p. 7).

Logo após assumir o cargo de reitor, João Ribeiro de Macedo (ATA do conselho, 30 jul. 1948) viajou para a capital federal, acompanhado do secretario geral, Paula Soares. O motivo da viagem foi encontrar-se com o Ministro da Educação, em reunião intermediada pelo Senador Arthur

Santos. A finalidade de tal reunião foi tratar da federalização das Faculdades e buscar junto ao Ministro auxílio à cidade universitária a ser construída em Curitiba. O Ministro Clemente Mariani se mostrou interessado na questão e se comprometeu a visitar o Paraná. Na visita que aconteceu ainda naquele ano, o professor Enéias Marques dos Santos (1948, p. 21-25) discursou saudando o Ministro Clemente Mariani. Em sua fala Santos enfatizou que “[...] entre outras, duas iniciativas, trouxe a visita ilustre de Vossa Excelência a nossa terra: o início das providências para a construção da cidade universitária e lançamento da pedra fundamental do Hospital de Clínicas”. (*Ibid*, p. 25). João Ribeiro de Macedo, na condição de reitor, não pode ver esses projetos concretizados. Na reunião de 9 de agosto de 1949 Flávio Suplicy apareceu como Reitor. Na ocasião lamentou o falecimento de João Ribeiro de Macedo afirmando que “[...] uma imensa perda que atinge o Ensino Superior do nosso Estado” e deu “conhecimento as homenagens que lhe prestou a universidade no dia de seu falecimento”. (*Idem*).

A fase inicial do pós-restauração (1946 a 1948) da universidade do Paraná contou com três reitores. A primeira fase foi caracterizada pela administração de Victor Ferreira do Amaral. Em sua curta administração de dois anos não houve conquistas significativas para a Universidade, mas sim iniciativas em torno da sua organização; na segunda fase, gestão de João Ribeiro de Macedo observa uma guinada no que se refere à busca intensa de expansão, com projetos que previam a construção da Cidade Universitária, Hospital de Clínicas (cuja pedra fundamental foi lançada), reformas do prédio central, a ideia da construção do Centro Politécnico, bem como cursos de extensão no interior do Estado do Paraná; com a morte de João Ribeiro de Macedo, em plena gestão, Flávio Suplicy, na condição de vice-reitor, assumiu a reitoria e buscou alianças no campo acadêmico e político do Estado para continuar as bandeiras de João Ribeiro de Macedo e, sobretudo, a campanha de federalização da Universidade. No próximo tópico discutimos as relações de poder que se estabeleceram na Faculdade de Engenharia para explicitar a chegada de Flávio Suplicy à reitoria e o domínio dele no campo do poder acadêmico e político.

Relações de poder na Faculdade de Engenharia e a federalização da Universidade do Paraná

A história do ensino superior origina-se entre o fim do século XII e o início do século XIII, na Europa. Conforme Campos (2008), ao longo desse tempo, a configuração da universidade ganhou sentidos e significados diversos, o que caracteriza a própria ação dos grupos envolvidos com tal instituição. Pelas transformações que sofreu é possível postular a dificuldade para se chegar a uma definição única do papel social da universidade. No Brasil, as experiências universitárias tardaram a ganhar materialidade e somente no fim da década de 1820 foram estabelecidas escolas

de ensino superior. Em um primeiro momento consistiu na criação de faculdades isoladas, que tinham como missão principal formar médicos, engenheiros e bacharéis em Direito. Somente no início do século 20, com a implantação de Instituições como a Universidade do Paraná, iniciam-se as experiências universitárias, propriamente. Mesmo assim, por modificações nas leis, tais experiências manifestaram quase sempre na condição de Faculdades isoladas. Esse exemplo pode ser refletido na própria história da Universidade do Paraná que enfrentou retrocessos depois de sua fundação.

É interessante observar que em um plano inicial (1912) que as ações no campo do poder na universidade partem do campo político. O maior exemplo é Victor Ferreira do Amaral, um dos principais articuladores da fundação e que se manteve atuante na batalha pela restauração. Posteriormente, outros signatários viriam a se juntar a ele, mas saíram do próprio campo acadêmico para o campo político. Flávio Suplicy de Lacerda é um bom exemplo dessa condição. Ele ingressou como professor contratado da Faculdade de Engenharia do Paraná em 1930. Ele demarca características do professor que sai do campo acadêmico para disputar espaços no campo político. Quando ingressou como professor da Faculdade de Engenharia, Plínio Tourinho foi aclamado a Diretor da gestão de 1930 a 1932. Participando da Revolução de 1930 e ocupando funções políticas no Estado, Tourinho declinou da indicação. Em seu lugar assumiu a diretoria Afonso Teixeira de Freitas, cuja gestão foi secretariada por Arnaldo Isidoro Beckert. Beckert assumiria quatro gestões sucessivas, por reconduções a partir de 1934. Nesse sentido, não se observa, em um primeiro momento, disputa acirrada pela ocupação da Diretoria da Faculdade de Engenharia. Esse fator inverte-se a partir de 1936 quando forças constitutivas da Congregação se polarizam em torno de dois candidatos: Arnaldo Beckert² e Arthur Moreira Franco³. O primeiro pertencia à geração nova, do final da década de 1920, e o segundo estava entre os fundadores de 1912.

O motivo do conflito (ATA da Faculdade, 15 dez. 1936) foi empate por 09 votos entre os dois candidatos principais e decidido pelo voto de qualidade de Adriano Goulin em favor de Arnaldo Beckert. Como consequência desse voto, aconteceu certa dissidência em torno da questão. O desenrolar dessa dissidência pode ser percebida nas reuniões seguintes do Conselho da Congregação, como no relato de Flávio Suplicy, que, usando da palavra, apresentou o protesto com o seguinte teor:

A maioria do Conselho Técnico Administrativo, tendo recorrido para poderes competentes, da decisão do professor Adriano Goulin, que desempatou com voto de qualidade, a eleição de Diretor, realizada

2 Arnaldo Isidoro Beckert ingressou na Faculdade em 1928 e aposentou-se em 1962.

3 Arthur Moreira Franco ingressou na Faculdade, em 1912, lecionando na primeira turma, na disciplina Grafostática e Resistência dos Materiais.

no dia 15, não obstante os protestos da metade dos membros da referida Congregação; não reconhece autoridade legal ao professor beneficiado com o voto da qualidade acima referido para presidir os trabalhos, pelo que resolve lavrar o presente termo de protesto no livro do Conselho, para os efeitos legais, resolvendo ainda que não se fará nenhuma reunião deste órgão técnico e administrativo, sob a presidência deste professor, enquanto as autoridades competentes não se manifestarem a respeito do desempate feito por voto de qualidade, e declararam que essa decisão visa evitar possíveis prejuízos em prol da ordem, para a Faculdade, prejuízo de cuja responsabilidade o Conselho se exime desde já. (ATA da Faculdade, 15 dez. 1936).

Em relação à discordância, Ildefonso Clemente Puppi informa que, em consequência da Revolução de 30, liderada por Plínio Tourinho, professores ausentes por ocuparem cargos políticos, foram obrigados a retornarem à Faculdade. Eram eles: “João Moreira Garcez e Arthur Martins Franco”. (PUPPI, 1986, p. 81) Esses referidos professores estavam entre os fundadores da Universidade. Polarizaram-se então dois grupos: o dos dissidentes, liderado pelos professores reintegrados que, por motivos especiais ou particulares de um ou outro de seus integrantes, defendia a permanência de não engenheiro ou de profissional não legalizado no CREA a ocuparem função administrativa da Faculdade; o outro, o dos professores mais antigos, Plínio Tourinho, Lysimaco Costa, Adriano Goulin, Valdemiro Teixeira de Freitas e Durval Ribeiro de Araújo, defendia a observância da nova legislação, exigindo somente profissionais reconhecidos pelo CREA. As discordâncias verificadas consistiam em torno da defesa ou não do diploma para exercer a função de Engenheiro. Nesses termos, o voto de qualidade foi apenas o estopim do desentendimento. Em nome do grupo opositor, Lysimaco Ferreira da Costa (ATA da Faculdade, 28 dez. 1936) apresentou um contraprotesto do seguinte teor:

Lamentamos profundamente esse protesto, absolutamente inócuo por exprimir antes um movimento de professores que se não querem conformar com a impossibilidade de eleger seu candidato à diretoria da Faculdade, do que propriamente um movimento em prol do desenvolvimento do ensino de engenharia ou em benefício geral da Faculdade; o Presidente eleito pelo voto de qualidade do Dr. Goulin merece a estima e a consideração de todos seus colegas, por suas qualidades de administrador, sob cuja direção a Faculdade tem progredido consideravelmente, por sua educação e pelo trato humano com que sempre conduziu sua relação para com os professores, alunos e funcionários, nesta casa. (ATA da Faculdade, 28 dez. 1936).

Lysimaco Ferreira da Costa representava a voz do grupo vencedor da eleição. No entanto, apesar desse protesto que demarca certa disposição em torno do campo do poder universitário, Arnaldo Isidoro Beckert continuou como presidente até 1940. Já na eleição de 1938 o próprio Arthur Martins Franco indagou (ATA da Faculdade, 15 dez. 138) da mesa se o regimento interno estabelecia uma determinada forma de eleição, ao que lhe foi informado que o referido documento

estabelecia expressamente o regime de eleição por escrutínio secreto. O professor Franco continuando, lamentou assim ser, porquanto era sua intenção propor fosse aclamado Arnaldo Isidoro Beckert, que venceu mais uma eleição. Com essa proposta, em tom de ironia ou não, percebe-se o fim da dissidência eclodida na votação da eleição passada. Depois do dissídio, Ildefonso Clemente Puppi (1986, p. 84) comenta que “[...] o *modus vivendi* prosseguiu por algum tempo em clima mais ou menos tenso [...]. Com a volta de Plínio Tourinho, após concluído o seu mandato na Câmara dos Deputados, em 1938, as divergências foram aos poucos se dissipando”. (Idem).

Um aspecto importante a ser observado é que Flávio Suplicy ficou no polo oposto a Plínio Tourinho, de onde teria seu maior capital social. Mas o fato é que, além do cargo para Diretor, os docentes da Faculdade poderiam postular por outras representações. Flávio Suplicy foi eleito por dois períodos para Conselho Técnico-Administrativo (1934 e 1939) e participou do CREA e do Instituto de Engenharia do Paraná, sendo Presidente e cofundador das duas entidades⁴. Dessas indicações para cargos de representação no interior da Faculdade e no campo da engenharia, Flávio Suplicy começou a ganhar notoriedade no campo do poder acadêmico e político. Um aspecto importante do ano de 1939 refere-se à dobradinha com Plínio Tourinho para o Conselho Técnico-Administrativo. Além disso, observa-se que ele teve reconhecimento propriamente acadêmico. Conforme reunião da Faculdade, João Moreira Garcez pediu “[...] a palavra para solicitar à Congregação uma moção de apreço e de aplausos ao emérito professor Flávio Suplicy de Lacerda pela publicação de seu excelente trabalho ‘Grafostática e Resistência dos Materiais’, fato esse que muito vinha a exaltar a Congregação da Faculdade.” (ATA da Faculdade, 30 jan. 1936) Moreira Garcez propôs ainda que fossem adquiridos, pela Faculdade, alguns exemplares da obra para serem distribuídos entre os professores, simbolizando, desse modo, os agradecimentos da Congregação ao autor. Além dessa obra, Flávio Suplicy havia publicado, em 1931, o *Estudo do Fenômeno da Flambagem*, prefaciado por Gustavo Goulin, também docente da Faculdade de Engenharia. No prefácio, Goulin destacou: “[...] o autor desta obra resolveu abordar um assunto que teve de efetuar como membro da comissão técnica encarregada da vistoria do viaduto do Chá, em São Paulo, a três anos, sob a chefia do professor Dr. Mario Whately”. (GOULIN, 1931, p. 5) Segundo Goulin, “[...] seria de desejar que, mais a miúdo, outros colegas assim fizessem para estudos vários, hoje na utilidade da solução de diversos problemas brasileiros”. (Idem). Termina elogiando Flávio Suplicy ao opinar que “[...] nossos professores deveriam imprimir suas lições”. (idem).

A década de 1930, na Faculdade de Engenharia, foi um período de domínio do diretor

⁴ Além das chapas montadas para a composição dessas entidades - CREA e Instituto de Engenharia do Paraná - a Faculdade de Engenharia tinha direito a indicar representantes junto à respectiva Faculdade. A escolha desses representantes era feita por votação.

Isidoro Beckert. Na década de 1940, a diretoria da Faculdade de Engenharia foi ocupada no período de 1940 a 1946 por Durval de Araújo Ribeiro, 1946 a 1950, por Plínio Alves Monteiro Tourinho e depois de 1950 por João Moreira Garcez. Foi na gestão de Durval Ribeiro que a campanha pela restauração da Universidade se deu de forma intensa e as congregações foram chamadas para informar sobre os entendimentos relacionados à restauração. Para exemplificar, em reunião da Faculdade (ATA da Faculdade, 14 mar. 1946), o Diretor Durval Ribeiro relatou que foi procurado duas vezes por João Ribeiro de Macedo para tratar da reconstituição da Universidade. Na primeira lhe apresentou um projeto de Estatutos dessa entidade; e na segunda, convidando para uma reunião com os Diretores das Faculdades de Medicina, de Direito e de Filosofia, Ciências e Letras, mais o Diretor Geral de Ensino do Paraná. Para essa reunião a Faculdade de Engenharia tirou uma comissão constituída pelos professores Plínio Tourinho, Arnaldo Beckert, Hiperides Zanello, Carlos Amoretty Osório e Valdemiro Teixeira Freitas.

As discussões relacionadas à restauração continuaram nas reuniões seguintes da Faculdade. Por fim, no ano de 1946, a Universidade do Paraná passou por seu processo de restauração. Em torno da restauração, o diretor da Faculdade, Durval de Araújo Ribeiro referenciou a atuação dos professores Plínio Tourinho e João Moreira Garcez, destacando o devotamento idealístico desses que estiveram entre os fundadores da antiga Universidade do Paraná. (ATA da Faculdade, 07 jun. 1946). Destacou, ainda, a atuação especial do Interventor do Estado e de políticos que se empenharam na luta do retorno das Faculdades ao *status* de universidade. Na avaliação de Durval Araújo, foi importante a contribuição de Brasil Pinheiro Machado e do Ministro da Educação Ernesto de Souza Campos, sem dispensar elogios ao presidente da República, General Eurico Gaspar Dutra.

Depois do processo de restauração, Tourinho assumiu a direção da Faculdade, no período de 1946 a 1950. No pleito de 1946, Plínio Tourinho foi eleito por unanimidade. Na ocasião, Flávio Suplicy declarou que “[...] seu voto não visou apenas render uma homenagem ao abnegado fundador e continuador da Faculdade. Buscou também realçar as virtudes do professor Plínio, exemplo e estímulo para nós todos”. (ATA da Faculdade, 15 dez. 1946). Continuando sua fala, elogiou Plínio Tourinho:

A diretoria da Faculdade deparava com um espírito superior ao Paraná, espírito que jamais se arredou da luta e que não obstante seu grande acervo de dignificantes serviços prestados à sociedade e a nação, subtrai-se as seduções de um tentador conformismo, na hora atual de marcante comodismo. (ATA da Faculdade, 15 dez. 1946).

O período de 1946 a 1950, na Faculdade de Engenharia, foi de Plínio Tourinho. Essa

afirmativa pode ser confirmada na ata de 15 dezembro de 1948 da Faculdade, na qual os professores Moreira Garcez, Algacyr Maeder e Flávio Suplicy propuseram que ele fosse eleito por aclamação. Na defesa desse ato, Flávio Suplicy argumentou: “[...] excepcionalmente, pode a congregação, por deliberação unânime, contrariar, em caso como a fluente, disposição do Regimento interno”. (Idem) Ou seja, dispensar que seja feita a votação. Dessa forma, Suplicy de Lacerda afirmou: “[...] para realçar o mérito do professor Plínio Tourinho e para melhor expressar-lhe adoração e as homenagens da Congregação, seja extra regimentalmente o professor Tourinho aclamado Diretor da Faculdade para o biênio a iniciar-se no próximo 19 de dezembro”. (Idem) Após essa fala, foi aclamada salva de palmas de todos os presentes. O diretor Plínio Tourinho agradeceu o prestígio perante a Faculdade de Engenharia do Paraná.

Como no período de 1946 a 1950 a Universidade do Paraná já havia sido restaurada, a ata de 18 de junho informou a escolha de Plínio Tourinho para candidato da Faculdade de Engenharia a vice-Reitor da Universidade⁵. Segundo o registro, “[...] coube ao professor Moreira Garcez a indicação de Plínio Tourinho, além da convincente justificação do proponente, sólidas argumentações dos professores Durval Ribeiro do Amaral e Flávio Suplicy de Lacerda”. (ATA da Faculdade, 18 jun. 1948). A resolução, tomada por aclamação, foi recusada por Plínio Tourinho. Não obstante, a Congregação manteve seu nome. Observamos no tópico anterior que o Conselho elegeu Flávio Suplicy para vice-reitor. Não encontramos discussões em torno da escolha do nome dele a esse cargo. Encontramos na ata da Congregação de 13 de fevereiro de 1948 uma possível justificativa para a não aceitação de Plínio Tourinho. Essa ata, ao registrar a visita do Presidente da República Eurico Gaspar Dutra, informou que, por motivo de doença do Diretor da Faculdade (professor Plínio Tourinho), foi escolhido um membro da Congregação para representá-lo. O nome indicado foi de Algacyr Munhoz Maeder. Diante da escolha de Flávio Suplicy na ata da Congregação realizada em 19 de setembro de 1949, aparece o comunicado da eleição antecipada para o Conselho, devido ao fim de mandato de Flávio Suplicy, cuja votação indicou a eleição de Durval Ribeiro. A mesma ata comunicou que o afastamento de Suplicy se deu “[...] em face da investidura deste nas funções de reitor da Universidade”. (ATA da Faculdade, 19 set. 1949).

Até aquele ano, conforme Ildefonso Puppi, Flávio Suplicy não havia ocupado posições de maior destaque, como Diretor da Faculdade (liderança). A esse respeito, Puppi (1986, p. 81) comenta que “[...] não obstante muito honroso, o cargo não era ambicionado, quer por uma questão de ética, quer pelo sacrifício e ânimo forte exigidos para enfrentar os sérios problemas e dificuldades permanentes, quer pela parca retribuição pecuniária, que era o que menos importava”. Podemos relativizar essa afirmativa de Puppi, uma vez que a dissidência acontecida em 1936

5 Destaque nosso.

demonstra o contrário. Ou seja, em certos momentos, existiram disputas sérias pelo poder no interior da Faculdade, mas foram gestadas. Por essas características percebemos na Faculdade de Engenharia um grupo tradicional de professores com gestões sucessivas.

Portanto, a chegada de Flávio Suplicy ao campo de poder universitário deve ser vista muito mais por fora do campo acadêmico. Maristela Dagostim (2011, p. 88) afirma que depois da demissão de Mario Tourinho da interventoria por Vargas (1930), entrou em cena o Interventor Manoel Ribas. Na condição de Interventor e visando reprimir conflitos ideológicos, Manoel Ribas criou, em 1932, o Conselho consultivo do Estado. No ano de 1935, por votação secreta foram eleitos pelo PSD “Capitão Idálio Sardenberg, o Engenheiro Civil Flávio Suplicy, [...] Joaquim Miró, Rivadavia de Macedo e Ottoni Maciel”. (Idem). Além desses nomes, a autora informa que, pelo Partido Social Nacionalista (PSN), estavam os irmãos Tourinho, “[...] partido pelo qual o comandante revolucionário Plínio Tourinho se elegeu deputado Federal em outubro de 1934”. (Idem). Segundo a autora, “os conselheiros gozavam das mesmas imunidades que gozavam os Deputados” (Ibid, p. 90-91) e “[...] percebe-se que houve neste conselho uma distribuição geracional mais equilibrada [...]” (Ibid, p. 95) sendo que

Mesmo que não tenham alcançado sucesso em cargos eletivos propriamente políticos no pós-1930, podemos ver que para alguns desses indivíduos o capital político angariado nos anos 1930 abriu-lhes a porta para outros cargos não menos importantes. Flávio Suplicy de Lacerda (PSD), entre outros cargos públicos de menor importância, foi reitor da Universidade do Paraná em 1950, ano de sua federalização. Foi nomeado Ministro da Educação e Cultura do governo Humberto de Castello Branco e responsável pela lei 4.464/1964 que dispunha sobre os órgãos de representação estudantil. Tal lei, que ficou conhecida como lei Suplicy, definia a regulamentação das entidades estudantis, ao mesmo tempo em que proibia o exercício de atividades políticas em seu interior. (DAGOSTIM, 2011, p. 102-103).

Dagostim destaca a condição de Flávio Suplicy como engenheiro da prefeitura de Curitiba. Essa observação demonstra as funções paralelas que ele ocupava, além de docente. Em 1946, com a nomeação para a Secretaria de Obras, por Brasil Pinheiro Machado, Flávio Suplicy intensifica seu espaço no campo político. Seu governo teve no secretariado, vários docentes da Universidade, cuja lista foi apresentada na edição de 27 fevereiro de 1946 da *Gazeta do Povo*: “Pretextato Taborda Junior, para a pasta da Fazenda; Homero Batista de Barros para a pasta da Educação; Alcides Pereira Junior para Procurador da Justiça; Coronel José Scheleider para a pasta militar; e Flávio Suplicy de Lacerda para a pasta de Obras Públicas”. (Idem). Essa relação leva Raul Gomes, em texto publicado em *O Dia*, com o título *O Magistério, seus problemas e este Governo de professores*, de 4 de maio de 1946, a afirmar que “[...] nunca, porém, possuímos um Governo com

tantos catedráticos como o atual". (Idem). Complementou que todos eles eram professores universitários e publicou a relação: "Brasil Pinheiro Machado, Flávio Suplicy, João Cândido Ferreira Filho, Homero Batista de Barros, Algacyr Maeder, Alô Guimarães". (Idem). Na opinião de Raul Gomes, "[...] é a Universidade quase toda instalada no Palácio de São Francisco e adjacências". (Idem).

Portanto, a chegada de Flávio Suplicy ao campo do poder universitário deve ser vista nessa dinâmica das relações entre campo acadêmico e campo profissional da engenharia. Da Faculdade de Engenharia ele conquistou reconhecimento de Plínio Tourinho, que além de fundador da Universidade, era um político com grande prestígio no Estado. Além disso, esteve ligado ao grupo do PSD do qual foi nomeado Secretário de Estado por Brasil Pinheiro Machado e no campo da Engenharia Civil atuou como profissional liberal e presidente das Associações desse campo. Apesar de não encontrarmos referências elogiosas a ele no que se refere a essas indicações políticas, sua gestão ganhou espaço nas reuniões da Faculdade de Engenharia em torno da campanha pela federalização. Segundo a ata da Faculdade:

Participando dos debates, o professor Lacerda, magnífico reitor da Universidade, historiou as demandas desenvolvidas no Rio de Janeiro pela comissão especial que para lá se dirigiu, especialmente para tratar do plano e providências da federalização da Universidade; diz ainda que qualquer alteração no projeto governamental poderá, em parte, pelo menos, comprometer ou contemporizar sua aprovação pelo Congresso [...]. (ATA da Faculdade de Engenharia, 28 mar. 1950).

A campanha pela federalização, lançada por Flávio Suplicy, recebeu na imprensa paranaense o discurso de "um momento assunto" e explicita a relação entre o campo acadêmico e o campo político. (*Diário da Tarde*, 21 mar. de 1946). A imprensa paranaense cobriu a campanha pela federalização até o fim e projetou o nome de Flávio Suplicy de Lacerda no campo acadêmico, possibilitando-lhe um domínio no campo do poder acadêmico sem precedentes, assumindo a reitoria da Universidade de 1949 a 1971 e no campo político com sua nomeação a Ministro da Educação e Cultura do Governo militar de 1964.

Considerações finais

Ao longo deste texto fizemos uma tentativa prosopográfica, procurando estabelecer as relações sociais que direcionaram os agentes a disputarem espaços nos vários campos, com o objetivo de ganhar visibilidade no campo do poder. Nesse tipo de análise, os indivíduos vão sendo definido em suas posições a partir das relações e disputas de espaço em determinado campo.

Partindo desse pressuposto, observamos que a constituição do ensino superior paranaense foi resultado da ação de vários grupos políticos, acadêmicos, círculos intelectuais e do campo da engenharia do Estado Paraná. Assim, nosso estudo centralizou-se em torno da relação de várias personagens que saíram do campo político, ou do campo acadêmico, em busca da constituição, restauração, federalização, expansão e modernização da Universidade.

Dotados de diferentes capitais, atuando do interior de um espaço (acadêmico) ou do espaço político propriamente, há uma interface entre as instituições governamentais e o pensamento intelectual. Na Universidade do Paraná, a fronteira entre esses dois campos, desde o início, foi bem estreita, com a prevalência em um primeiro momento do campo político em relação ao campo acadêmico, relativizando-se posteriormente, sobretudo na década de 1940, quando grande parte dos políticos paranaenses eram professores da Universidade.

Na campanha pela restauração, observa-se uma aproximação entre o campo político e o campo acadêmico, chegando, muitas vezes, a confundirem-se os dois espaços sociais. Essa relação pode ser observada na imprensa paranaense, onde os nomes de Brasil Pinheiro Machado (Interventor no momento da restauração), Erasto Gaertner e Bento Munhoz da Rocha (deputados), Flávio Suplicy de Lacerda e Homero de Barros (Secretários de Estado) são expressões dessa situação. Esses políticos-docentes uniram-se aos demais professores para debater o assunto com autoridades nacionais, a exemplo dos Ministros Souza Campos, Clemente Mariani e do Presidente Eurico Gaspar Dutra.

Com a concretização da restauração da Universidade, em 1946, a imprensa paranaense destacou Brasil Pinheiro Machado, em torno do qual se centralizaram as ações políticas do processo de restauração. Quanto a Flávio Suplicy, ficou clara sua participação como autoridade que conhecia a causa universitária, e por mais que não tivesse envolvimento direto na campanha, esteve entre as autoridades que participaram da solenidade de restauração. Foi em torno desses nomes que se constituiu o poder universitário no período pós-restauração.

Nesses termos, dada a força da tradição e do prestígio junto as suas respectivas faculdades, os nomes de Victor Ferreira do Amaral (1946) e João Ribeiro de Macedo (1948) foram indicações prováveis ao cargo de reitor. Victor do Amaral, pelo reconhecimento como fundador e como primeiro reitor da Universidade, expressava mais do que isso, um tom simbólico de continuidade da Universidade; João Ribeiro de Macedo representava, em termos de unificação, uma luta política que consistia na articulação de forças intelectuais e políticas em torno da restauração.

Pela perspectiva prosopográfica foi possível perceber que Flávio Suplicy construiu uma rede de relações ou estratégias que possibilitaram a ele a ocupação de novos espaços. A partir do campo acadêmico, relacionado ao campo da engenharia, manteve aproximação com políticos atrelados a

um grupo político (PSD paranaense). Nesse sentido, foi estabelecendo confluências entre o campo acadêmico e o campo político. Correndo por fora da Faculdade, no interior do campo profissional da Engenharia, atrelou suas articulações em torno do PSD, fazendo parte do Conselho Consultivo do Governo de Manoel Ribas. Dessa articulação, ganhou reconhecimento de Brasil Pinheiro Machado, partidário da mesma legenda e colega do Círculo de Estudos Bandeirantes e da Faculdade de Filosofia, culminando na ocupação do cargo de Secretário de Obras Públicas do Paraná, em 1946.

Flávio Suplicy, na condição de reitor, assumiu por inteiro as investidas de João Ribeiro de Macedo. Atuou nos projetos da Cidade Universitária, Hospital de Clínicas, Centro Politécnico, complementação do prédio histórico da universidade, construção do prédio da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e do novo prédio da reitoria. Entretanto, foi, sobretudo, na campanha de federalização da Universidade que teve seu nome evidenciado. Essa campanha, coberta pela imprensa paranaense, estabeleceu uma relação estreita entre o campo acadêmico, o campo político e o campo do jornalismo. Articulado pelo campo da imprensa, os nomes de Flávio Suplicy e Moysés Lupion destacaram-se como coordenadores da campanha. Resultante dessa mobilização política/acadêmica, em 19 de dezembro de 1950, a universidade foi oficialmente federalizada. Com isso, Flávio Suplicy ganhou notoriedade e reconhecimento que ultrapassaram os muros da Universidade Federal do Paraná sendo nomeado para o posto de Ministro da Educação e Cultura do Governo militar do Presidente Castello Branco.

Em síntese, a partir da mobilização dos conceitos de campo, trajetória e estratégia procuramos em uma tentativa prosopográfica estabelecer as relações sociais que permearam as relações de poder no campo acadêmico e possibilitaram significativas transformações no ensino superior paranaense. Ao buscarmos uma análise nos âmbitos dos campos acadêmico, político e profissional liberal e visando estabelecer a relação entre grupos do Estado do Paraná, fizemos incursão na abordagem da História Intelectual, procurando problematizar as ações dos envolvidos com o ensino superior, pelo que foi possível estudar a atuação deles no campo acadêmico, político, com recortes na criação, restauração e federalização da Universidade, e, sobretudo, compreender os principais aspectos que possibilitaram personalidades a ingressar nos espaços político/acadêmico do Estado do Paraná, assumindo funções de coordenação e liderança política no campo acadêmico. Nossa análise priorizou as relações sociais, reconstruindo a estrutura da rede, na qual foram se definindo os domínios no campo do poder universitário.

Fontes

ANUÁRIO da Universidade Federal do Paraná. 1948, p. 7.

ATA da Faculdade de Engenharia, 1930-1950.

ATA do Conselho Universitário da Universidade do Paraná, 1946-1971.

CARTAXO, Ernani Guarita. Histórico da Universidade do Paraná e de sua restauração. In: Anuário da Universidade do Paraná. Curitiba, 1947, p. 23.

LACERDA, Dirceu. *Ideia de universidade de Rocha Pombo*. O DIA, 17 mar. 1946.

NETO, Paula Soares. Discurso. In: Anuário da Universidade do Paraná. Curitiba, 1946.

PIRES, Gastão de Abreu. Discurso. In: Anuário da Universidade do Paraná. Curitiba, 1947, p. 70.

SANTOS, Enéas Marques dos. Discurso. In: Anuário da Universidade do Paraná. Curitiba, 1948, p. 21-25.

Referências bibliográficas

BARANOW, Ulf G. & SIQUEIRA, Márcia Delledone (org.). Universidade Federal do Paraná: história e estórias - 1912 a 2007, Ed. UFPR, 2007, p. 79.

BOURDIEU, P. Algumas propriedades dos campos. In: *Questões de Sociologia*. Lisboa: Fim de Século, 2003.

BOURDIEU, Pierre. *Homo Academicus*. Florianópolis: Ed da UFSC, 2011, p.115-116.

CAMPOS, Névio de. Flávio Suplicy de Lacerda: cruzada pela federalização e expansão da Universidade do Paraná. In: OLIVEIRA, Ricardo Costa de; LEITE, Renato Lopes (orgs). *Reflexões UFPR 100 anos (1912-2012)* Curitiba: Editora da UFPR, 2012.

DAGOSTIM, Maristela Wessler. *A república dos Conselhos*: um estudo sobre a transformação do perfil da elite política paranaense (1930-1947). 2011. 234 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – UFPR, Curitiba, 2011, p. 88.

GOULIN, Adriano Gustavo. Prefácio. In; LACERDA, Flávio Suplicy de Lacerda. *O Estudo do Fenômeno da Flambagem, 1931*.

OLIVEIRA, R. C. de. *A Construção do Paraná Moderno: Políticos e Política no Governo do Paraná de 1930 a 1980*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2004.

PUPPI, Ildefonso Clemente. *Fatos e reminiscências da faculdade*: retrospecto da Escola de Engenharia da Universidade Federal do Paraná. Curitiba: 1986.

SILVA, Victor Ferreira do Amaral e. Discurso. In: Anuário da Universidade do Paraná. Curitiba, 1946, p. 35.

- _____. Relatório do Reitor. In: Anuário da Universidade do Paraná. Curitiba, 1947, p. 6.
- VIEIRA, Carlos Eduardo; CAMPOS, Névio de. Intelectuais e o processo de formação da Universidade Federal do Paraná (1912-1950). In: OLIVEIRA, Ricardo Costa de; LEITE, Renato Lopes (orgs). *Reflexões UFPR 100 anos (1912-2012)*. Curitiba: Editora da UFPR, 2012.
- WACHOWICZ, R. C. *A Universidade do Mate*. História da UFPR. Curitiba: APUFPR, 1985.